

## “AQUI NA VILA É MAIS MASSA, NO CENTRO SÓ TEM BOY”: Experiência social e pertencimento entre jovens do Parque São João – Paranaguá/PR

TIAGO PEREIRA LEITE<sup>48</sup>

### RESUMO

O artigo analisa as relações estabelecidas por um grupo de jovens moradores do Parque São João - periferia da cidade de Paranaguá – PR - (autodenominados “*vida louca*”) e jovens moradores do centro da cidade (denominados “*playboys*”). Da conflitividade dessa relação surgem elementos que encaminham para uma identidade juvenil pautada no pertencimento local. No primeiro momento da pesquisa, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas, identifica-se que os jovens, por meio de discursos que reforçam a positividade do bairro, transformam a periferia genérica em “*minha vila*”, categoria nativa muito próxima à noção de *pedaço*, desenvolvida por Magnani (2005) e, em oposição, “demonizam” os moradores do centro, imputando-lhes as responsabilidades pelas dificuldades de viver na periferia. No segundo momento da pesquisa, por meio de observação direta em campo, revelaram-se questões ligadas ao convívio com as drogas; relação entre o lícito e o ilícito; experiência social marcada pelo estigma de ser jovem pobre e morador de periferia. O resultado da investigação revela que, por não dominarem os códigos de conduta dos “*playboys*”, os jovens se mantêm mais restritos ao bairro e, apenas ocasionalmente, o lazer se estende a espaços fora da “*vila*”.

### INTRODUÇÃO

Inicialmente é necessário informar ao leitor o ponto de partida para a exposição que é apresentada nesse artigo. Trata-se do resultado (sintetizado) de uma pesquisa realizada por mim no curso de mestrado em Ciências Sociais concluído no primeiro semestre de 2012.

<sup>48</sup> Mestre em Ciências Sociais pela UNIOESTE/Toledo. Licenciado em História pela FAFIPAR/Paranaguá.

Destaco, portanto, que o objetivo nesse texto não é retomar sistematicamente o trabalho de pesquisa realizado na dissertação, mas apresentar aspectos gerais a fim de provocar o interesse do leitor pelo tema proposto bem como suscitar outras questões pertinentes.

A categoria de análise “jovem” utilizada ao longo do trabalho obedece ao critério daquilo que foi encontrado em campo, ou seja, um grupo composto por indivíduos na faixa entre os dezoito e vinte e cinco anos de idade. No plano da teoria seria necessário retomar toda uma tradição sociológica que discute as definições acerca do conceito de juventude, porém, por questões didáticas e respeitando os limites desse trabalho apenas delimito que considero juventude como a fase da vida situada entre os quinze e vinte e nove anos, deixando para outra oportunidade um debate mais aprofundado sobre o tema.

A região em que o trabalho de pesquisa foi realizado é o Parque São João, bairro periférico da cidade de Paranaguá, Paraná. O ponto de partida para o trabalho de campo considerou o bairro enquanto um cenário. De acordo com Magnani (2000), o cenário não é definido unicamente pela organização espacial da cidade, obedecendo às divisões administrativas estabelecidas pela municipalidade, como os bairros e os distritos. O autor propõe que o cenário ultrapassa essa delimitação normativa, tratando (além dessa organização estrutural) das ações dos atores sociais que configuram esse espaço urbano num espaço de relações sociais. É no cenário onde se desenvolvem as ações dos atores sociais que configuram a vida em sociedade. Caracteriza-se, portanto, pela relação constante entre os atores atuais e anteriores, estabelecendo marcos e delimitações. Magnani (2000, p. 38), afirma que o cenário é:

[...] produto de práticas sociais anteriores e em constante diálogo com as atuais – favorecendo-as, dificultando-as e sendo continuamente transformado por ela. Delimitar o cenário significa identificar marcos, reconhecer divisas, anotar pontos de intersecção – a partir não apenas da presença ou ausência de equipamentos e estruturas físicas, mas desses elementos em relação com a prática cotidiana daqueles que de uma forma ou outra usam o espaço: os atores.

Dessa forma, entende-se o parque São João como um cenário possível de ser pesquisado, e que além de ser formado pela divisão espacial da cidade e seus aparelhos estruturais (é uma seção administrativa da municipalidade) é formado pelas ações dos atores sociais atuais e anteriores ultrapassando a mera delimitação geográfica.

## EXPERIÊNCIA SOCIAL E PERTENCIMENTO ENTRE OS JOVENS

Os jovens com os quais mantive contato nessa pesquisa moram no Parque São João há vários anos. A história comum a todos é que fixaram residência ali ainda quando crianças, o que de certa forma favoreceu a formação de laços de vizinhança e amizade bastante significativos. De acordo com Sarti (2003), a vizinhança é extremamente importante nas relações estabelecidas pelas camadas populares no Brasil.

Para a autora, o vizinho representa muito mais que um simples morador ao lado. Os laços se estreitam chegando a serem considerados mais importantes que os próprios parentes de sangue. De maneira geral, as relações são pautadas pela confiança, que se materializa nas trocas de visitas diárias. Segundo Erick, 19 anos:

O bom é que aqui na vila todo mundo é amigo, se conhece faz tempo. Quando um passa um aperto os camaradas se ajudam entende. É como uma família mesmo, todo dia tá junto, ou na casa de um, ou de outro, ou aqui na esquina. Final de semana quando rola umas festa aí junta todo mundo.

Esse tipo de agrupamento juvenil, marcado por essa relação de vizinhança e convívio diário, como foi apresentado no relato, é bastante comum no Parque São João. No trânsito pelo bairro não é difícil encontrar grupinhos conversando numa esquina, ou sentados em frente da casa de alguém.

Dessa forma o sentido da rua rompe com a perspectiva de Augé (1994), que elabora o conceito de “não lugar”, para designar os espaços vazios de significados e ausente de símbolos identitários. Nessa perspectiva a rua seria esse espaço de fluxo, passagem, sem gerar nenhum pertencimento, característico dos tempos supermodernos. Contudo o que se observa neste contexto etnográfico é a rua como um “lugar antropológico”, conceito também articulado por Augé (1994) para designar um espaço de relação e identidade por excelência, em oposição ao “não lugar”. O espaço da rua é totalmente apropriado pelos jovens, principalmente aquelas ruas próximas às suas casas. Andando pela rua se reconhecem, se afirmam, estabelecem relações de troca e reconhecimento.

Leite (2002) analisa esse processo de apropriação de espaços urbanos afirmando que há uma transformação do espaço urbano em espaço público. Essa mudança é

operada na medida em que o sujeito, por meio de ações atribui significação ao espaço apropriado. Para o autor:

Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente. (LEITE, 2002, p. 116).

A dinâmica observada em campo é consonante com a proposição de Leite (2002), no sentido de que os jovens transformam um espaço urbano (rua) em um espaço público; um “não lugar” no sentido de Augé (1994), em um “lugar antropológico”. Porém, a proposta teórica de Leite (2002), deve ser ponderada, pois quando ele a formula está ancorado em teóricos como Habermas (1996) e Arendt (1987), que procuram pensar o público para além da rua, ou seja, uma problematização estendida a outros espaços urbanos da cidade, como por exemplo, o bairro do Recife Antigo, objeto de estudo do artigo de Leite (2002).

Assim a vila, entendida como um conjunto de ruas próximas à casa dos jovens não se insere nessa dinâmica do público (espaço aberto a todos onde predomina a diversidade). A vila é o espaço intermediário entre a privacidade da família e a publicidade da cidade. A sociabilidade estabelecida na família é regida pela segurança, pela certeza pelo conhecimento. A sociabilidade nos espaços fora da família é marcada pela insegurança, pela diversidade e encontro com o outro desconhecido.

De acordo com Magnani (2005), esse tipo de arranjo espacial da periferia é chamado de *pedaço*, onde as relações são pautadas pela familiaridade, numa sociabilidade mais ampla (mais pessoas envolvidas nas relações sociais) que o núcleo familiar e mais densa e significativa que a sociabilidade experimentada nos espaços públicos (marcados pela individualidade e formalidade). A “vila” é o ponto de referência dos jovens, é o “pedaço” que elegeram para ser palco de suas relações. Nas palavras de Erick, 19 anos essa dinâmica fica bem aparente:

Eu passo a maior parte do tempo aqui na vila mesmo, não tem muito o que fazer, aí a galera fica aqui na esquina mesmo, conversando, quando tem uma grana agente faz uma intera [de inteirar; vaquinha] pra comprar um refri [refrigerante]. Se

pá, agente desce ali no posto dá uma olhada no movimento, ou então fica ali no bueiro do começo da baixada.<sup>49</sup>

Os lugares citados por Erick são todos próximos, envolvendo duas ou três quadras de distância entre um e outro. Para os jovens, a “vila” é entendida como esse espaço: familiar, previsível e estável. O grupo se reconhece tendo como referência esse espaço, que embora seja público do ponto de vista da organização administrativa da cidade, é particular na medida em que os jovens dele se apropriam e a ele atribuem significados. Não é qualquer jovem que pode frequentar as esquinas que compõem a vila, existe um grupo que representa e pertence a esse espaço, que quando é ameaçado pode se tornar objeto de disputa. É o que atesta um fato ocorrido na “vila” e relatado por Capitão, 21 anos:

Então, um tempo atrás aí uns “noiado” começaram a apavorar na esquina aqui enquanto a galera não tava.<sup>50</sup> Ficavam fumando pedra [crack] na caraça entende, o pessoal saindo pra trabalhar, ou a piazada indo pra escola junto com as mães e os cara com a lata na mão.<sup>51</sup> Mas só quando não tinha ninguém, na hora que a galera tava por aqui não aparecia ninguém. Aí uma noite a galera tava aqui na esquina de boa, tomando um gole, conversando, acho que era numa sexta-feira, sei lá, a galera sempre se reúne nos final de semana, só que nesse dia mal a turma se juntou a polícia chegou com tudo cara, metendo o pé em todo mundo, dando geral e gritando onde que tava a droga e chamando todo mundo de vagabundo. Sorte que aquele dia ninguém “tinha nada em cima” aí jogaram fora o gole e dispersaram a galera.<sup>52</sup> Aí essa cena começou a acontecer direto, mal a galera se juntava de noite aqui na esquina “os homem [polícia]” chegavam pra dar geral [revista policial] na rapaziada. Eu fiquei boladão [preocupado, intrigado] porque aqui sempre foi de boa, uma vez ou outra só que a polícia sobe fazer uma ronda, aí fiquei naquela de que tinha alguém “caguetando”[denunciando para a polícia] entendeu, toda hora polícia aqui na vila não é normal. Aí, outro dia no meio das conversa normal, um colega nosso deixou escapar que escutou a mãe dele falando que o velho Catarina, que mora nesse sobrado aqui da esquina “tava caguentando geral”. Aí caiu a ficha entendeu, o velho tava ligando pra polícia toda vez que a galera se reunia, aí a polícia vinha e dava o “bote” na hora certa. Só que a merda era os nóia, eles é que tavam “queimando o filme da vila”, só que pro

<sup>49</sup>Esse fragmento remete ao significado que há em permanecer na esquina. O tempo em que se permanece na esquina é um tempo sem finalidade específica, os jovens estão ali, aguardando algo acontecer. De maneira geral se alternam entre as esquinas da vila ou simplesmente saem “fazer um rolê de magrela” [andar de bicicleta].

<sup>50</sup> Categoria nativa que significa o usuário de crack. O “nóia” carrega no corpo as marcas da dependência química: é magro, olhos fundos, sem cuidados de higiene. Assemelha-se com a imagem clássica do mendigo, com a diferença de que o *nóia* não carrega nada consigo, tudo o que consegue é trocado por droga. Nas palavras dos jovens, o sujeito “noiado”, na fissura por mais droga, é capaz de fazer qualquer coisa.

<sup>51</sup> O crack é fumado em latas de cerveja ou refrigerante, quando o sujeito é visto procurando por latas vazias no lixo já se sabe o que ele está pensando em fazer com elas.

<sup>52</sup> “Ter alguma coisa em cima” significa estar com alguma droga no bolso.

velho todo mundo que tá na esquina é vagabundo, ladrão, drogado entendeu.<sup>53</sup> Aí a primeira coisa que fizemos foi apavorar a cabeça desses nóia do caralho, toda vez que um aparecia de bobeira dava umas porrada e mandava embora, e quando alguém da galera passava de magrela e via que tinha algum noiado na esquina já avisava outro colega e chegava apavorando e mandando vazar entendeu. Aí um dia eu e mais uns colegas tava aqui e o velho tava saindo de carro, aí eu intimei ele nessa fita de ficar ligando pra polícia, falei um monte, disse que ele tinha é que agradecer a galera aqui da vila, porque se não fosse nós os nóia já tinham tomado conta de tudo e tavam assaltando todo mundo. Ele ficou na “miúda” [em silêncio], de certo achou que ninguém ia falar nada pra ele aí ficou com medo quando a galera rodeou o carro dele, (risos). Depois disso nunca mais a polícia veio aqui apavorar a galera. Tá loco, não dava nem pra ficar na esquina nem nada, a galera ficou até meio afastada aquela vez porque ninguém ficava aqui com medo da polícia chegar, mas aí agente resolveu, na moral.

Analisando o relato é possível perceber que os jovens tiveram que se movimentar no momento em que sua permanência no espaço da esquina foi ameaçada. Esse processo de reflexão, análise e ação realizada pelo grupo só se concretizou porque “estar na esquina” é extremamente importante para o jovem da vila. O sentido da vila enquanto pedaço desses jovens e não de outros pode ser visualizada quando os nóias passaram a ser expulsos da esquina sob pena de serem espancados se insistissem em permanecer ali.

Por se tratar de um espaço familiar, previsível e estável, a esquina deve ser respeitada. Não é o lugar adequado para usar drogas, pois os pais e as mães com seus filhos passam por ali regularmente. Esse respeito só encontra ressonância entre os que “são da vila”, os de fora não se preocupam em preservar esse espaço, pois não estabelecem laços com os moradores. Expulsar esse elemento externo foi o primeiro passo para resolver a questão. A disputa foi encerrada quando o “cagueta” (o velho Catarina) foi revelado e questionado pelos jovens em frente à sua casa. Mais tarde ficou bastante claro que esse personagem não mantém laços de vizinhança e amizade com o restante da vila. É um morador novo, que construiu uma casa bem fortificada, que destoa do restante das habitações do local e que só é visto ao sair e ao voltar com seu carro. É possível conjecturar que as denúncias só foram feitas porque ele desconhece o código que orienta a vida no bairro. Mesmo que compartilhe do espaço físico da vila, não é considerado e nem se considera como parte do lugar.

---

<sup>53</sup> A expressão “queimar o filme” é aplicada para situações que manchem ou comprometam a imagem de alguém ou algum lugar.

O que vale destacar nesse episódio é que mesmo sendo um espaço público as esquinas da vila só podem ser frequentadas pelos jovens da vila, ou por pessoas autorizadas por eles. Os “nóias” não foram autorizados e foram expulsos. A afetividade e familiaridade do pedaço, como apontado por Magnani (2005) pode ser vista pelo tratamento respeitoso e cuidadoso com a “vila”, pois mesmo que a rua seja (teoricamente) um espaço público onde se é livre para fazer o que quiser, existe um código de comportamento que em última análise remete ao comportamento de casa, praticado em família, onde os pais (principalmente a mãe) representam figuras que merecem respeito. Consumir drogas, fazer gritarias, palavrões em excesso e som alto não são permitidos pelos jovens na esquina, assim como não é permitido em casa. Na medida em que esse equilíbrio é quebrado, uma série de eventos, como os apresentados aqui se desencadeiam a fim de restaurar a harmonia.

Essa leitura pode ser aproximada às reflexões de DaMatta (1997), quando se esforça por entender o dilema da sociedade brasileira ou “O que faz o brasil, Brasil?”. Na perspectiva de desenvolver uma teoria que vá além da narrativa linear e previsível onde mocinhos e bandidos ocupam solidamente seus lugares na sociedade, DaMatta busca uma explicação explorando as categorias antagônicas e paradoxais da sociedade brasileira.

Aqui estou interessado numa visão provavelmente mais complexa. Não desejo apenas conhecer os eventos dentro de sua evolução temporal, onde as coisas se desenrolam em linha (com antecedentes e consequentes) mas ver a nossa totalidade como um drama, onde o princípio se rebate no fim e – na dialética das indecisões, reflexos e paradoxos – o bandido pode perfeitamente ocupar o salão e o mocinho (belo nos seus bigodões de fazendeiro de café já pensando em fundar uma indústria) pode perder a fala e, de anarquista e futurista-canibal, passar a ser como a maioria, revolucionário de praia. (DAMATTA, 1997, p. 13).

O mecanismo que o autor utiliza para alcançar essa problematização mais densa é explorar os personagens principais da trama brasileira: seus malandros e seus heróis. Através de um sistema de oposições binárias DaMatta constrói seu texto balizado pela relação opositiva entre casa e rua.

No primeiro livro de Jorge Amado, significativamente intitulado *País do Carnaval*, o principal personagem diz, num momento crucial da ação: “Só me senti brasileiro duas vezes. Uma, no carnaval, quando sambeia na rua. Outra, quando surrei Julie, depois que ela me traiu.” (DAMATTA, 1997, p. 69, grifos do autor).

Dessa maneira, o processo de identificação do herói como brasileiro passa por esse duplo domínio: por um lado a rua como mundo onde prevalece o descontrole e a massificação (carnaval); por outro lado a casa como mundo onde prevalece o controle e o autoritarismo (quarto do casal onde a traidora é surrada). O situar-se entre esses dois mundos que, a princípio se opõem, é o que define a identidade do brasileiro como malandro (rua) ou herói (casa).

De fato, a categoria *rua* indica basicamente o mundo, com seus imprevistos, acidentes e paixões, ao passo que *casa* remete a um universo controlado, onde as coisas estão nos seus devidos lugares. Por outro lado, a *rua* implica movimento, novidade, ação, ao passo que a *casa* subentende harmonia e calma: local de calor (como revela a palavra de origem latina *lar*, utilizada em português para casa) e afeto. E mais, na *rua* se trabalha, em *casa* descansa-se. (DAMATTA, 1997, p. 70, grifos do autor).

Os grupos sociais que tomam conta desses espaços são diversos. Em *casa* as relações são de parentesco, orientadas por vínculos de sangue; na *rua* as relações se orientam por afinidades que remetem ao exercício de escolha. O autor chama atenção para a noção de “respeito” que segundo ele, organiza as hierarquias sociais. Em *casa* o respeito se materializa na relação entre pai e filho; na *rua* pode ser visualizada na relação patrão e empregado.

De maneira geral o autor identifica a *casa* com a ordem e a *rua* com a desordem. Se por um lado em *casa* as hierarquias são bem marcadas e estabelecidas, na *rua* é necessário tomar cuidado para não violar hierarquias não-sabidas ou não-percebidas.

O autor apresenta outras possibilidades de observação da oposição entre *casa* e *rua*, porém o que chama atenção para o contexto dessa pesquisa é que ele vai além e afirma a possibilidade de uma graduação na oposição, que a princípio pareceu ser tão estabelecida. O sistema de oposições binárias pode ser compreendido como um *continuum*. Além do contraste entre os mundos é possível observar pontos onde *casa* e *rua* se aproximam. Exemplificando, o autor lança mão de alguns exemplos como o espaço ambíguo da janela de *casa* de onde se pode ver a *rua*, permitindo um contato entre “o de dentro e o de fora”. Ou ainda a sala de visitas, que obedece a mesma lógica do contato, sendo o espaço destinado para receber pessoas vindas da *rua*, de fora.

Nesse sentido é possível compreender o movimento pelo qual os jovens atribuem significado à esquina da “vila”; trata-se de uma extensão de *casa*. Permanecem ali assim como as famílias nas cidades pequenas colocam suas cadeiras de praia na calçada em

frente de casa para olhar o movimento da rua; naquele momento a calçada da rua faz parte da casa.

Esse pertencimento vai além do simples permanecer na esquina. Como foi visto no relato etnográfico apresentado anteriormente, as relações sociais são permeadas pela noção de respeito, assim como observou DaMatta (1997). Mesmo que a esquina, enquanto rua seja pública e portando ligada ao mundo da desordem e da novidade, no contexto da esquina da vila, ela muda e torna-se o “pedaço” que Magnani (2005), caracteriza como espaço intermediário entre o estritamente familiar e o extensamente impessoal. Dessa forma observam-se elementos que constam em ambos os mundos: da casa e da rua. Por mais que os frequentadores da esquina não sejam parentes (laços de sangue) as ações entre si são orientadas por diversos elementos observados na vida em família: respeito, intimidade, convívio diário, proximidade social.

## O BAIRRO NA VISÃO DOS JOVENS.

No que se refere à representação que o bairro tem para o grupo, de maneira geral as falas iniciam destacando os aspectos negativos e somente num segundo momento o discurso mudam de sentido e destacam aquilo que julgam bom no bairro, as qualidades.

A objetividade dos discursos e a dureza com que as situações são narradas indicam que a experiência social desses jovens é marcada pela consciência de que a periferia não é alvo de interesse da administração do município. É o que destaca Capitão, 21 anos:

O foda é que aqui na vila não tem nada pra fazer, nem uma quadra pra jogar uma bola nada, o lugar mais perto que tem se o cara quiser fazer um esporte é lá no Divinéia.<sup>54</sup> Só que lá já é outra galera entende? O cara não sai daqui da vila pra ir lá. O certo era ter umas parada legal aqui mesmo, mas fazer o que né, nem asfalto a prefeitura dá jeito de colocar aqui, imagine fazer uma praça com uma quadra e tal pra nós.

O primeiro ponto que pode ser destacado a partir dessa fala é a queixa de “que não há nada para fazer”, sendo que essa fórmula se repetiu em quase todas às vezes em que

---

<sup>54</sup> Vila Divinéia é o bairro seguinte, no sentido praias. A quadra a que o entrevistado fez referência fica a três quilômetros da vila.

o assunto do lazer foi colocado em discussão. A falta de aparelhos públicos destinados ao lazer da juventude é percebida por eles como uma forma de abandono do poder público. De fato, a organização espacial do bairro não atende em nada essa dimensão. Para fins de visualização, a distância entre o centro comunitário da Vila Divinéia e o centro comunitário da Vila São Vicente é de quase cinco quilômetros. Nesse intervalo está o Parque São João, que não conta com nenhum aparelho desse tipo.<sup>55</sup>

O significado do lazer para os jovens está muito ligado à prática de esportes e a lugares onde possam se encontrar. Por conta disso, em diversos momentos houve a reclamação pela falta de praças e quadras esportivas. De acordo com Pais (1990, p. 600) “[...] quem não quiser falar de lazer deve calar-se se sobre juventude quiser falar”. Para o autor, a sociologia da juventude ao abordar o lazer precisa estar atenta às práticas cotidianas da juventude. Nessa perspectiva duas premissas devem ser observadas: primeiro que o lazer envolve uma simbologia; segundo que os sujeitos se reconhecem num campo pragmático. De acordo com determinadas práticas um universo de sentidos se revela.

Se consideradas de forma isolada, as práticas cotidianas dificilmente se entendem. Há que as *contextualizar*, isto é, necessário se torna submergi-las nas galáxias de sentidos que lhes correspondem, derivando a significação de cada uma dessas práticas da significação daquela articulação. (PAIS, 1990, p. 593, grifos do autor).

Assim, uma das variáveis possíveis para o exercício de contextualizar as práticas cotidianas dos jovens seria partir da própria estrutura do bairro. No fragmento acima destacado, os jovens percebem a falta de estrutura das ruas. A questão da falta de asfalto na vila é um aspecto marcante na experiência social dos jovens, interferindo diretamente nas formas e significados do lazer praticado.

Quando chove então aqui fica feio demais, cheio de poça d’água, uma lama do caralho, fica sem condição de andar na rua. Se tivesse um asfalto a coisa já era diferente, porque aí pelo menos tem como andar na rua. Do jeito que tá aí, tá loco, choveu a rapaziada fica trancada dentro de casa. E Paranaguá quase não chove né? [risos] (Sapo, 18 anos).

---

<sup>55</sup> Essa limitação tão visível coloca em questão o alcance das políticas públicas para juventude implantadas para o atendimento dos jovens do município. É necessário um trabalho de pesquisa mais amplo problematizando melhor essas questões no município.

Assim, fica claro que a esfera do lazer dos jovens entrevistados está reservada à sociabilidade encontrada na rua, no encontro de pares na esquina. No tempo livre durante o dia é difícil acontecer algo diferente disso. A rua se reveste de uma simbologia particular para o grupo (minha vila), enquanto que as práticas observadas são influenciadas pela estrutura física do bairro. “Se tivesse um asfalto a coisa já era diferente”, essa afirmação denota que, na compreensão do jovem, ter asfalto na rua é condição mínima para qualidade de vida dos moradores. A falta daquilo que julgam ser mínimo provoca o sentimento de falta de esperanças de que aconteça alguma mudança: “Se nem asfalto a prefeitura dá jeito de colocar aqui, imagine fazer uma praça com uma quadra e tal pra nós”.

Ainda tendo como referência o trecho apresentado anteriormente, o segundo ponto que se destaca nas narrativas é a importância que os jovens dão à sociabilidade grupal. Lazer e sociabilidade é um par de conceitos que não se separa na experiência social dos jovens da vila. Dificilmente procuram alguma diversão no plano individual, o grupo é sempre referência para as atividades. Durante as observações foi possível perceber que mesmo a permanência na esquina só é possível quando o grupo está junto, ou ao menos alguns amigos do grupo. Ninguém fica na esquina sozinho. Nesse sentido é compreensível que anseiem por uma prática de lazer comum (quadra esportiva) e de sociabilidade para o grupo (praça pública).

Fazendo uma regressão ao desenvolvimento histórico das pesquisas sobre o lazer nas ciências sociais é possível encontrar alguns elementos que auxiliam na compreensão das dinâmicas observadas em campo e apresentadas anteriormente. Ao longo do século XX muito pouco foi discutido sobre o lazer no âmbito das ciências sociais, sendo que no Brasil o tema foi incorporado de maneira sistemática às discussões somente na década de 1970, a partir do pensamento de Jofre Dumazedier (1979). Para o autor, o lazer só pode ser pensado tendo como referência de análise a categoria “trabalho”. Esse ponto de partida se deve à própria tradição teórica da época, que considerava o trabalho como categoria central para análise da sociedade. Vivia-se sob a égide da “sociedade do trabalho”, onde o lazer seria caracterizado como oposição ao trabalho, como um tempo de “não-trabalho”. Dessas colocações se originou uma visão dicotômica que opõe lazer e trabalho, e que destacava o contexto das conquistas dos trabalhadores quanto à

diminuição das horas semanais trabalhadas. O lazer seria o tempo ganho sobre o trabalho.

Embora lazer e trabalho funcionem como conceitos antagônicos eles só existem em relação. Alguns problemas surgem diante disso, como por exemplo: como pensar o lazer para as classes que sofrem com o desemprego?

Com o crescente questionamento sobre a real pertinência de se analisar a sociedade com base na categoria trabalho, haja vista as transformações ocorridas no âmbito do capitalismo (principalmente a mudança de foco que passou da produção para o consumo), os pesquisadores abandonaram gradativamente a noção de “sociedade do trabalho” em favor de objetos mais ligados ao mundo da cultura. Porém, ao contrário do que se poderia inferir, o “abandono” da categoria que era antagônica ao lazer, não fez com que este fosse valorizado enquanto objeto autônomo de pesquisa. Deixou-se de pensar a sociedade sob o prisma exclusivo do trabalho e abandonou-se conjuntamente a perspectiva do lazer. Esse movimento pode ser entendido como consequência do arranjo tão bem articulado entre os conceitos, capaz de provocar um desinteresse em pensá-los desarticuladamente, como instâncias particulares com características próprias (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008).

Nesse sentido, na modernidade há uma carência por abordagens que recoloquem a questão do lazer fora dessa dicotomia em relação ao trabalho. Para Gutierrez e Almeida (2008), uma possibilidade muito valiosa pode ser encontrada na Teoria da Ação Comunicativa proposta por Habermas, que segundo os autores:

Oferece a possibilidade de construir um entendimento do lazer superando a dicotomia lazer/trabalho. Aqui o lazer estaria fundamentado e definido a partir da sociabilidade espontânea, constituída no mundo da vida, e não no mundo do trabalho presente no sistema poder e moeda. (GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008, p. 100).

Operando essa mudança estabelece-se que trabalho e lazer se situam em dimensões distintas, sendo o lazer marcado pelas questões relacionadas ao que Habermas (1980) chamou de Mundo da Vida. Nessa perspectiva o lazer apresenta outras faces, que não aquelas ligadas ao trabalho, tais como: “expressões simbólicas, valores culturais e a linguagem”.

Ainda de acordo com Gutierrez e Almeida (2008), essa abordagem supera a citada dicotomia lazer-trabalho de maneira original, pois, não se trata mais de buscar no lazer

elementos que provoquem a emancipação da consciência do indivíduo, como era característico da abordagem baseada no trabalho, influenciada pelo marxismo. Agora o elemento fundamental e distintivo é a busca do prazer, o que envolve toda a potencialidade das sociabilidades espontâneas, fora dos arranjos institucionais que, por sua vez passaram a se referir ao mundo do trabalho.

Relacionando esse breve quadro teórico aos dados do campo é possível perceber a pertinência de se pensar o lazer para além do mundo do trabalho. Caso ainda estivéssemos presos ao modelo que opõe lazer e trabalho seria muito difícil compreender as ações dos jovens como inseridas no campo do lazer, pois a grande maioria não se encontra inserida na lógica do trabalho formal, que determina a organização do tempo dos sujeitos.

Concebendo o lazer como esfera própria, que se rege pela busca do prazer na prática de atividades que envolvam sociabilidades, percebe-se que os jovens do Parque São João se valem de expressões simbólicas para representar os seus espaços de lazer, a exemplo da categoria “vila” que objetivamente não passa de um conjunto de três ou quatro ruas, mas que para os jovens representa o principal espaço de sociabilidade e lazer. Reforçam igualmente suas práticas destacando que na “vila” os laços de amizade e vizinhança orientam as interações sociais, que são marcadas pelo uso de vários termos nativos com traduções particulares.

Vale destacar que quando se buscam elementos para definir o lazer fora do contexto do trabalho, o esforço é por demonstrar que o tempo do lazer não está mais vinculado ao tempo do trabalho e que existem outras questões em jogo quando se opera a categoria lazer. Não se trata de uma oposição de práticas de trabalho e práticas de lazer, mas de visualizar que o tempo utilizado para essas práticas não está mais vinculado intrinsecamente como se pensou durante muito tempo. De certa maneira as práticas continuam interligadas, mas agora sob o prisma do consumo que se relaciona diretamente ao mundo do trabalho, uma vez que para consumir é necessário ter dinheiro.

Mesmo destacando que para os jovens do Parque São João conjunturalmente o lazer seja limitado, sobretudo quando se observa na própria fala dos jovens essa situação, existe uma lógica do consumo que mesmo diante da precariedade econômica, insere o consumo de bens como importante elemento para a prática do lazer dos jovens, principalmente se pensarmos na perspectiva do lazer enquanto busca por prazer.

Retomando o exercício de analisar as percepções do cotidiano dos jovens, além de apontarem as carências estruturais do bairro, (falta de asfalto, ruas cheias de lama quando chove) e a falta de aparelhos de lazer para a juventude (não tem nada pra fazer, nem uma quadra ou praça), os jovens também se posicionam frente à convivência com a violência e drogas.

Os discursos dos jovens são mais cuidadosos sobre esses pontos, pois envolvem um posicionamento diante de uma situação que se coloca anteriormente a eles. O Parque São João cresceu sendo referenciado como bairro de prostituição e posteriormente como ponto de venda de drogas. Os jovens reconhecem a materialidade dessas práticas:

Os caras vivem falando que aqui no Parque São João tem bandido e ladrão, traficante e tal. É foda mas pior que os caras tão certo, todo mundo sabe que tem um monte de maluco aí que faz um adianto mas fazer o que? Cada um se vira do jeito que dá.<sup>56</sup> (Nego, 20 anos).

De acordo com a afirmação, há o reconhecimento de que alguns jovens praticam atos que, confirmam e promovem a imagem de bairro perigoso, propagada entre as pessoas de fora. Cabe destacar que essa afirmação é feita por poucos de forma declarada. No caso de Nego, no decorrer das observações fiquei sabendo que esteve envolvido em um assalto há algum tempo atrás e que, regularmente, vendia crack na Rua 24 horas<sup>57</sup>. Nesse sentido, quando ele assume que a vila é lugar que tem bandido, ele está se referindo a si mesmo, evitando assim um discurso que pudesse ser desmentido depois, uma vez que, quando dessa afirmação, a conversa estava sendo realizada em grupo, e outros amigos poderiam me contar a “verdade” depois.

Embora o discurso proferido por Nego seja aberto e bastante claro – “que tem um monte de maluco aí que faz um adianto” (inclusive ele próprio) – essa fórmula não está presente entre a maioria dos entrevistados. Os jovens percebem que, em alguns aspectos a “fama” do bairro faz sentido, porém não assumem para si a responsabilidade por práticas que comprometam a imagem do bairro. Ao menos no plano do discurso a violência, o tráfico de drogas e a prostituição não tem ligação direta com eles.

---

<sup>56</sup> “Adianto” é um termo nativo que significa alguma ação para conseguir dinheiro. O “corre” ou “correria” significa a mesma coisa. A conotação de ilegalidade também é presente, pois quando querem falar de algum trabalho legal, usam a palavra “trampo”.

<sup>57</sup> Nome dado a uma rua situada entre dois postos de combustíveis, caracterizada pelo intenso movimento de motoristas, prostitutas e traficantes. Os bares dessa rua não fecham, por conta disso a designação 24 horas.

No discurso inicial há o reconhecimento entre os jovens que o bairro é perigoso, e apontam elementos que percebem no cotidiano: “tem nóia para tudo lado”; “playboy vem de fora tem medo de ser roubado”; “pra quem conhece aqui é suave, mas quem chega na primeira vez e vê logo a baixada tudo escuro [risos] aí se assusta”; “perigoso é né, mas é só agir na humildade e não arrumar atrito com ninguém que dá pra viver de boa”.

A divisão entre um discurso que aponta aspectos negativos e outro que aponta aspectos positivos da vida na vila é apenas operacional. Nas conversas essas dimensões são contíguas, ou seja, os jovens apresentam a prática ou situação negativa e logo em seguida tentam justificar usando uma série de argumentos que apontam para uma positividade do espaço periférico. É o que se observa na fala de Sapo, 18 anos, quando comenta sobre a existência de algum tipo de violência na vila:

Ah cara, violência sempre tem né, aqui ou em qualquer outra parte, a diferença é que as pessoas acha que aqui na vila é pior, sei lá se é pior. Aqui na vila mesmo é de boa, todo mundo se respeita, se conhece. (Sapo, 18 anos).

No trecho evidencia-se a tentativa de diminuir a dimensão da violência afirmando que na vila todo mundo se conhece, se respeita. Sapo aponta também um aspecto que se repetiu em vários momentos na pesquisa: os jovens reclamam que as pessoas de fora exageram quando falam da violência na vila.

Se a puta rouba um otário qualquer ali no posto, aí vai pra Folha do Litoral [jornal diário com notícias sobre Paranaguá e as cidades do Litoral], os caras leem a notícia, pronto, agora todo mundo no parque São João é ladrão. Se matam um nóia por aí, pronto no Parque São João tem assassino. (Capitão, 21 anos)

Acreditam que a má imagem da vila na cidade é fruto de exageros principalmente da imprensa que veicula notícias distorcidas, que favorecem a generalização dos crimes cometidos, como se todos os jovens do Parque São João fossem responsáveis.<sup>58</sup> Vale destacar, que o conceito de violência varia bastante entre os jovens. Alguns acham que violência são somente ações que envolvam diretamente o corpo, como brigas. Na percepção de outros, atividades ilícitas como tráfico de drogas não seriam atos de violência ou ligados ao mundo do crime.

<sup>58</sup> O acesso a esse jornal diário ocorre quando os jovens de deslocam até o posto para comprar algo, geralmente o refrigerante compartilhado na esquina. No posto, aquele que foi buscar o refrigerante folheia e fica sabendo se tem alguma coisa que pode ser compartilhado com os demais. Outra fonte de informações importante é o rádio, muitos jovens ouvem rádio em casa, principalmente programas policiais.

Disso decorre, em alguma medida, o fato de relativizarem as práticas violentas que ocorrem na “vila”, pois assassinatos e agressões dificilmente acontecem e os raros casos logo são justificados como um desdobramento “natural” proveniente de acertos de contas por dívidas de drogas. Ou seja, as pessoas “trabalhadoras” não estariam sujeitas a esse tipo de situação, esse “destino” estaria reservado ao consumidor de crack. Essa argumentação aparece entre os jovens ao questionarem as notícias de jornal. Para eles a violência retratada na “vila” (destacando que violência para a maioria são agressões e roubos) não faz parte de seus cotidianos, mas sim do cotidiano dos “nóias”. A figura do “nóia” é recorrente nos discursos dos jovens. Parece que há uma transferência da responsabilidade pelas práticas que comprometem a imagem da “vila”, para essa figura que muitas vezes parece ser impessoal. Falam sempre “os nóias”, dificilmente apontam o nome de um sujeito “nóia” que tenha cometido algum crime.

Aqui na vila é suave, só tem que tomar cuidado com os “nóia”, esses são foda, o cara na nóia da pedra [crack] faz qualquer coisa, rouba, assalta, mata, é foda. Mas a galera aqui é bem esperta com esses caras, aqui na vila não se cria. (Sapo, 18 anos)

Outro aspecto importante é que quando atribuem ao “nóia” a responsabilidade pelos eventos que contribuem para o crescimento da fama da “vila” como lugar violento, os jovens estão se isentando de qualquer julgamento, ou seja, reconhecem que a “vila” pode ser um espaço violento, assustador, que realmente oferece risco a quem chega de fora, porém a responsabilidade por essa situação é dos “nóias”, uma categoria de pessoas que não é da vila embora possa ser um morador (como o caso do velho Catarina que é morador mas não compartilha do conjunto de práticas que constroem o pertencimento local – “ele não é da vila”).

## COMPREENDENDO A APARENTE DUALIDADE DO DISCURSO JUVENIL.

A dualidade presente no discurso dos jovens, que o leitor já deve ter percebido (em um momento afirmam que o bairro é violento e no momento seguinte negam e afirmam que é um lugar tranquilo, onde todos se conhecem) pode ser compreendida observando a figura do “nóia”. Os jovens, de maneira geral reconhecem a vila como espaço violento, perigoso chegando a falarem de cuidados especiais necessários para transitar em segurança pelo bairro. Porém, no momento seguinte eles relativizam essa violência

afirmando que assassinatos e agressões envolvendo roubos raramente acontecem e os episódios narrados pelos jornais, quando ocorrem, envolvem sempre os “nóias” somente. “A galera da vila” não estaria contida nesse processo uma vez que não se identificam com os “nóias” nem com o universo das drogas (ao nível do discurso nenhum entrevistado, com exceção de Nego, afirmou abertamente ter envolvimento com tráfico de drogas). Assim, a violência que se observa na vila é colocada como um fenômeno à parte, oferecendo risco aos “nóias” e àqueles que fazem parte desse circuito. Particularmente os que frequentam os postos de combustível nas imediações da rua vinte e quatro horas estão vulneráveis à violência, na fala dos jovens “são as putas, os viados, os nóias e os caminhoneiros” que compõem o cenário da violência que é retratada pela mídia e não os jovens da “vila”.

Ao enfatizarem os laços de vizinhança e amizade procuram construir uma imagem contrária à que à mídia veicula e a maioria dos moradores da cidade aceita como verdadeira. Reforçam que na “vila” reina a paz e a tranquilidade (“todo mundo se conhece, se ajuda”) e que o aspecto da violência é secundário, embora reconheçam que aos que chegam de fora ou mesmo os moradores desavisados correm o risco de serem assaltados ou terem a residência roubada pelos “nóias”.

Esse apelo para a fraternidade entre os amigos da “vila” reforça o sentimento de pertença ao lugar. Quando questionados sobre a possibilidade de se mudar dali, procurar um lugar melhor para viver, menos violento mais organizado, as respostas variaram na forma, mas o conteúdo foi o mesmo: “se eu tivesse dinheiro, eu investiria aqui mesmo; nunca pensei em sair daqui; eu gosto de morar aqui na vila; aqui é sossegado, tenho meus amigos, conheço todo mundo”.

Nesse processo de positivação de um espaço que tradicionalmente foi concebido como “lugar de gente ruim” o que se destaca é a comparação com outros espaços. Para os jovens da vila a comparação recorrente é entre a periferia e o centro da cidade. Nessa dinâmica o traço que caracteriza a periferia é o trabalho, a luta, as pessoas que residem em bairros pobres precisam ter orgulho, mesmo que o espaço seja repleto de carências. Sobre isso segue um relato de Danilo, 25 anos:

[...] [o sujeito] mora num bairro simples que não tem quase nada, entendeu? Rua de areia, meio favelado, aí se sente discriminado, pensa que é porque tá ali, tá fudido, numa vida de quem mora na favela que pensa que não vai ter futuro [...] tem que pensar naquilo que você é, no que acontece ali, nem que você more num

bairro mais pobre que for, mas tem que sentir orgulho. A pessoa quando mora num bairro da classe média, não vai ser a mesma coisa, não pode ter orgulho. Na favela os caras lutaram pra construir aquilo lá, não tinham nada, nem lugar de morar. Agora lá as pessoas da classe média tem aquilo de anos e anos, já vem de herança já, a família já tem dinheiro. Agora quem não tinha dinheiro e teve que ralar pra conquistar dá valor.

Para Danilo, portanto, viver na periferia deve ser motivo de orgulho, ao contrário de quem mora no centro (classe média) que não pode sentir-se orgulhoso de sua condição pelo fato de não ter passado pelas mesmas dificuldades de quem precisou ralar para conquistar. É possível perceber que há um esforço argumentativo para restaurar uma identidade degradada pelo estigma social de viver na periferia. Uma vez que o bairro precário serve de elemento de distinção social e discriminação, os jovens se valem de uma diferenciação no plano moral entre moradores da periferia e moradores do centro. Nessa nova ordem de diferenciação eles são vitoriosos, pois “são gente trabalhadora, honesta, que sofreu para conquistar o pouco que tem”. Ao passo que o morador do centro não lutou por nada, “tem tudo de mão beijada, e ainda gosta de humilhar o favelado”.

Percebe-se mais uma vez que há uma ambiguidade no discurso dos jovens, pois ao mesmo tempo em que reconhecem a vila como espaço perigoso, violento, “dominado pela pedra” [crack] e que tem na figura do “nóia” um risco constante para a vida dos moradores, contrapõem um discurso de positivação do bairro, afirmado que ali não tem violência, que as pessoas exageram quando falam da violência na vila, “que ali todo mundo se conhece, que nóia na vila não se cria, que não trocariam a vila por outro lugar e que sentem orgulho de ser da vila”.

O conceito de estigma, desenvolvido por Goffman (1982), ajuda a compreender o panorama apresentado. Para o autor, o estigma se aplica quando “[...] um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social quotidiana possui um traço que se pode impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus”. (GOFFMAN, 1982, p. 07). Para efeito de definição Goffman (1982) é muito claro ao afirmar que “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo” (GOFFMAN, 1982, p. 06). Porém, algumas outras questões são importantes para compreender melhor essa definição.

De acordo com o autor, a sociedade estabelece as maneiras de categorizar as pessoas e os atributos considerados normais para cada categoria de pessoas estabelecidas. Assim, dentro das relações sociais existe uma previsibilidade, pois o

contato diário permite que os julgamentos sejam suspensos uma vez que, sabe-se quem é quem na interação social. Quando um estranho é apresentado à interação social, a situação muda. Uma série de reflexões particulares são desencadeadas pelos sujeitos a fim de inserir a pessoa numa categoria determinada bem como os atributos desejáveis para aquela categoria. Baseado nessas pré-concepções forma-se a respeito do estranho uma “identidade social virtual”, pautada naquilo que se espera dele. O autor destaca que constantemente as pessoas realizam esse tipo de julgamento e que as expectativas em alguma medida se tornam um valor “normativo”. Àquilo que o sujeito apresenta efetivamente como categoria e atributo o autor nomeia de “identidade social real”.

Dentro desse esquema, a estigmatização do sujeito surge quando se percebe que o estranho possui características que o tornam diferente daquela categoria de pessoas em que ele havia sido colocado. Sobre isso Goffman esclarece:

Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1982, p. 06).

O autor segue argumentando, agora na direção de um equilíbrio na definição. A discrepância entre a identidade social virtual e a real pode conduzir a um julgamento positivo de determinado tipo de discrepância: “Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso”. (GOFFMAN, 1982, p. 06). O estigma, portanto estabelece-se numa relação, onde são necessários dois papéis: o normal (considerado aqueles que “não se afastam negativamente das expectativas particulares”) e o indivíduo “estigmatizado” (que possui “uma característica diferente da que havíamos previsto”).

É nessa relação entre “normal” e “estigmatizado” que a negatividade do estigma se estabelece. O autor esclarece que toda uma “teoria do estigma” é formulada pelos “normais” a fim de justificar a inferioridade do outro. Partindo de uma “imperfeição original” infere-se uma série de outras imperfeições, que se caracteriza no uso de termos específicos e generalizantes para designar o estigmatizado. Palavras como retardado, bastardo, aleijado, carregam consigo um significado denso que em última instância reduz o estigmatizado a uma condição de sub-humanidade (GOFFMAN, 1982, p. 08).

Tendo em vista essa perspectiva de análise é possível estabelecer algumas ligações com a dinâmica que organiza a experiência social dos jovens pesquisados no “cenário” do Parque São João. A dicotomia centro versus periferia possibilitou o desenvolvimento de um estereótipo da pessoa moradora do Parque São João e por conseguinte do “playboy” morador do centro. Tendo em vista o critério de antiguidade, os moradores do centro podem ser identificados como os “normais” e os periféricos como os “estigmatizados” da teoria de Goffman (1982). Na interação social entre essas duas categorias, tão logo os “normais” perceberam que as características do grupo “estranho” não eram consonantes ao que esperavam em suas pré-concepções, iniciou-se um processo de “estigmatização” no qual os moradores da periferia são reduzidos a uma condição de inferioridade aos moradores do centro.

É necessário ter em mente que a experiência social desses jovens, “da vila”, se realiza num espaço marcado por carências físicas (falta de coleta de lixo, ruas sem asfalto, sem rede de esgoto, sem aparelhos públicos de lazer) e também por um sentimento de inferioridade gerado a partir da construção de uma “imagem” histórica do bairro como espaço perigoso. Nas entrevistas com moradores antigos a maioria relatou ter sofrido algum tipo de discriminação por ter escolhido aquele bairro para viver.

Conforme se observa no campo, esse processo se desenvolveu ao longo de algumas décadas, de maneira que os jovens pesquisados dão continuidade a esse processo que é caracterizado por uma forma de sociabilidade (ao menos quando se considera a relação com outros grupos) baseada na discriminação e exclusão social. Em algumas situações são reduzidos à condição de não humanos, como o caso do “nóia”, que mesmo entre seus companheiros de estigma (ambos circulam pelas mesmas ruas da periferia) é considerado fora de qualquer padrão de “normalidade”.

O jovem da “vila” se reconhece portador de um estigma, sobretudo quando percebe a precariedade da estrutura do bairro e a maneira como as situações são retratadas pela mídia escrita, no caso os jornais policiais que generalizam e “exageram” sobre a violência na “vila”. Diante disso, exige-se do jovem a capacidade de gerenciar esse estigma, pois do contrário seria impossível viver na periferia. Assim, dentro desse esforço por gerenciar um estigma, percebe-se a utilização de um discurso de positivação da periferia, marcado pelo pertencimento a um espaço específico (“vila”) e pela valorização de seus modos de

vida. Por meio dessa construção discursiva os jovens conseguem reforçar suas identidades e encontrar uma “saída” para o estigma social de que são vítimas.

Dessa maneira, a ambiguidade percebida no discurso dos jovens pode ser entendida como um desdobramento do esforço por construir uma identidade coerente. Assim a questão não é tanto procurar uma lógica para aquilo que é falado, mas perceber que rupturas e descontinuidades também fazem parte da identidade dos jovens.

Percebe-se também que não procuram mascarar, ou esconder a condição precária do bairro. Assumem-na, mas não de maneira passiva, pois demonstram ter consciência que o abandono do bairro é questão da má administração do município. Alguns chegam a perceber os interesses políticos nesse processo de exclusão quando falam que “em época de eleição enche de candidato na vila pedindo voto e dizendo que vão fazer asfalto, praça e trabalhar pelo povo”.

Reconhecem também que muitos jovens contribuem na manutenção da imagem do bairro como “lugar de bandido” quando praticam atos ilícitos como vender drogas. Valorizam as relações de amizades no grupo e, por meio do enraizamento local, conseguem neutralizar o estigma e reorganizar suas identidades a partir de uma experiência social marcada pelo pertencimento ao espaço geográfico e simbólico da “vila”.

## **SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO: IDENTIDADE E DIFERENÇA**

Em termos teóricos a identidade não está em oposição à diferença, mas numa relação de interdependência, ou seja, para marcar as posições de identidade e organizar o mundo vivido é necessário ter presente a noção de diferença. São categorias que não se encontram isoladas, mas conectadas. A ligação entre as categorias é concretizada na medida em que os sujeitos são capazes de construir sentidos e significados para o mundo e para as relações sociais que estabelecem. Identificar-se com algo implica na construção de significados que, necessariamente passam pelo universo simbólico, e por sua vez, colocam a diferença numa posição harmônica dentro da cultura.

De acordo com Woodward (2000), esse movimento é a matriz que orienta os sistemas classificatórios. Para a autora:

Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao

menos dois grupos opostos – nós/eles (por exemplo, servos e croatas); eu/outro. (WOODWARD, 2000, p. 40).

A autora fundamenta essa assertiva com base na argumentação de Émile Durkheim, segundo o qual o processo de organizar as coisas segundo sistemas de classificação é que permite a produção dos significados. “Os sistemas de classificação dão ordem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais”. A autora destaca ainda que segundo Durkheim os processos simbólicos são essenciais para a manutenção do ordenamento da sociedade, e descreve o exemplo da religião que Durkheim desenvolveu para demonstrar a importância dos processos simbólicos. Em “As formas elementares da vida religiosa” (1989) o autor mostra como as coisas são classificadas em dois grupos: as sagradas e as profanas. Reforça que não há nada sagrado ou profano em si, mas que as coisas e as ideias são revestidas de significados e passam a simbolizar o sagrado ou o profano. Os significados são atribuídos com base nas normas e valores da sociedade, contribuindo assim para a sua unificação do ponto de vista cultural. É a tensão entre sagrado e profano que enseja a formulação de rituais por meio dos quais o sentido é produzido, “[...] o sagrado, aquilo que é colocado à parte, é definido e marcado como diferente em relação ao profano”. (WOODWARD, 2000, p. 40).

Nesse sentido, comprehende-se que cada cultura desenvolve formas particulares de classificar o mundo, tendo como base um sistema de oposições que em última instância possibilita o ordenamento da sociedade:

Cada cultura tem suas próprias e distintivas formas de classificar o mundo. É pela construção de sistemas de classificação que a cultura nos propicia os meios pelos quais podemos dar sentido ao mundo social e reconstruir significados. Há, entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social. (WOODWARD, 2000, p. 41).

Ao classificar as coisas que compõem sua experiência do mundo, os sujeitos estão construindo significados e definindo o lugar que ocupam no mundo. Esse movimento é capaz de englobar a identificação e também a diferença, constituindo uma totalidade simbólica que permite ao sujeito colocar em ordem sua experiência do mundo. Assim, a marcação da diferença é a base para qualquer sistema classificatório e, essa marcação se realiza tendo como referência a identidade. A diferença é o que separa uma identidade da outra.

Robert Elias (2000), em seu estudo sobre a comunidade de Wiston Parva identifica que a matriz que organiza a vida social da comunidade é a relação de conflito entre estabelecidos e *outsiders*. Dentro do sistema de classificação observado pelo autor, os moradores da comunidade se situam nessas duas categorias que organizam a experiência social dos sujeitos.

Assim, nessa pequena comunidade, deparava-se com o que parece ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos-outsiders: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social não profissional com seus próprios membros; e o tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa [*praise gossip*], no caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas [*blame gossip*] contra os suspeitos de transgressão. (ELIAS, 2000, p. 20).

O critério que orienta a figuração “estabelecidos” versus “outsiders” é a relação de poder estabelecida entre os grupos. O fato de excluírem os moradores de uma região da localidade se insere na lógica de manutenção do poder dos “estabelecidos”. Esse movimento reforça o nível de coesão grupal, fato que é determinante para o exercício e a manutenção de seu poder, pois somente tendo um grupo suficientemente coeso é possível manter as melhores posições e manter no lugar os “outsiders”, a fim de que a ordem da sociedade não seja quebrada.

A peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. Essa é também a precondição decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo outsider por um grupo estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído. (ELIAS, 2000, p. 23).

Na mesma medida em que Elias (2000), percebe a importância das relações de poder na constituição da configuração “estabelecidos” versus “outsiders”, Kathryn Woodward (2000), destaca que o sistema classificatório se baseia na distribuição desigual de poder entre as categorias que se opõem. Ou seja, uma vez que os significados correspondem à norma e à organização da sociedade, as categorias opostas terão pesos diferentes.

Dessa forma são os estabelecidos que possuem maior poder e, portanto definem quem está do lado de fora (“outsiders”). Assim comprehende-se o esforço do grupo “estabelecido” em estigmatizar o grupo “outsider” a fim de mantê-lo à margem das posições de poder. Vale destacar que as categorias se opõem, mas não se excluem, ou

seja, fazem parte de um conjunto que possibilita a compreensão da dinâmica cultural de uma dada sociedade.

As categorias estabelecidos e outsiders se definem na relação que as nega e que as constitui como identidades sociais. Os indivíduos que fazem parte de ambas estão, ao mesmo tempo, separados e unidos por um laço tenso e desigual de interdependência. (ELIAS, 2000, p. 08).

No contexto dessa pesquisa podem-se observar essas teorizações quando os jovens da vila são considerados por um lado “outsiders” em relação aos “playboys” do centro e por outro lado “estabelecidos” quando em relação aos “nóias” da vila, ou seja, a posição que ocupam é relacional ao poder que possuem, não existe uma posição “estabelecida” nem “outsider” em si mesma, elas se estabelecem com base nessas relações instáveis de poder. A fala de Capitão revela essa dinâmica quando reforça que preferem ficar na vila a frequentar lugares de lazer no centro da cidade:

O massa é ficar aqui na vila mesmo, a galera se reúne, compra uns gole, fica na esquina de boa, a diversão é essa, ficar com a galera curtindo um som dando umas risadas. Eu prefiro muito mais ficar aqui do que ir lá pro centro, além de gastar pra caralho ainda tem que ficar aguentando playboy filho da puta. E outra, dependendo do lugar você nem entra, esses dias não deixaram um colega nosso entrar no Coronel só porque tava de boné.<sup>59</sup>

A opção por permanecer na vila pode ser entendida como um desdobramento do poder que podem exercer nesse espaço. A vila é o “pedaço” onde dominam os códigos de conduta e sabem o que pode acontecer. Há uma previsibilidade e familiaridade com as práticas, o que lhes permite classificarem as coisas do mundo e as relações sociais a partir do seu lugar de pertencimento, com base nisso definem o que é de dentro, e o que é de fora: “Aqui na vila é mais massa”. Ao contrário, quando transitam pelos espaços de lazer no centro não dominam os códigos e sentem-se inseguros, principalmente quando se submetem ao julgamento dos “playboys”. Lá não possuem poder e sabem que no sistema classificatório estão em condição de submissão, são os de fora: “(...) no centro só tem boy”. Assim permanecendo na vila garantem que seus significados de mundo não sejam abalados e suas identidades sejam mantidas em equilíbrio.

Segundo Goffman (1982), em se tratando da relação entre normais e estigmatizados, na busca por encontrar esse equilíbrio da identidade tende-se à

---

<sup>59</sup> O Coronel: casa noturna com música ao vivo e restaurante. Aos finais de semana é ponto de encontro dos jovens que moram no centro.

formulação de um discurso que procura “corrigir” o estigma a fim de conseguirem a “aceitação” por parte dos normais. Em última análise quando o estigmatizado se percebe como inferior, busca encontrar meios para corrigir o que considera a base objetiva de seu defeito:

Como a pessoa estigmatizada responde a tal situação? Em alguns casos lhe seria possível tentar corrigir diretamente o que considera a base objetiva de seu defeito, tal como quando uma pessoa fisicamente deformada se submete a uma cirurgia plástica, uma pessoa cega a um tratamento ocular, um analfabeto corrige sua educação e um homossexual faz psicoterapia. (GOFFMAN, 1982, p. 11).

Os jovens da vila seguem a mesma linha quando valorizam os modos de vida da periferia, (como demonstrado anteriormente), em oposição à imagem de “pobre e bandido”, corrigindo assim aquilo que seria a base de seu defeito: a condição de pobreza e o local de moradia.

Por fim é importante destacar que fortalecendo os modos de vida da periferia e formulando uma identidade baseada no pertencimento local, ao contrário do que possa parecer, os jovens não estão buscando uma ruptura com a ordem da sociedade, mas sim se esforçando por demonstrar (e consequentemente serem reconhecidos por isso) que são merecedores de respeito e que suas práticas não são piores que a maioria normal da sociedade.

## REFERÊNCIAS

ARENKT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DUMAZEDIER, Jofre. **Sociologia empírica do lazer**. Tradução de Silvia Mazza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva/Sesc, 1979.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. Tradução de Pereira Neto. São Paulo: Paulinas, 1989.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade; tradução Vera Ribeiro. Tradução de Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUTIERREZ, Gustavo; ALMEIDA, Marco Bettine de. Cultura e lazer: uma aproximação habermasiana. **Lua Nova**, São Paulo, v. 74, p. 93-130, 2008.

HABERMAS, Jünger. **The structural transformation of the public sphere.** Cambridge, Massachusetts: The MIT press, 1996.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 115-134, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 173-205, 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; TORRES Lillian de Lucca. (Orgs.). **Na metrópole:** textos de antropologia urbana. São Paulo, EDUSP-FAPESP, 2000.

PAIS, José Machado. Lazeres e sociabilidades juvenis: ensaio de análise etnográfica. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, n. 4/5, p. 591-644, 1990.

SARTI, Cyntia. **A Família como espelho:** um estudo sobre a moral dos pobres. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 05-73.